

Justiça japonesa reafirma direito do governo em censurar manuais escolares

O Supremo Tribunal de Justiça japonês reafirmou recentemente o direito do governo em exercer um controlo directo sobre os conteúdos dos manuais escolares, um tema controverso devido aos protestos da China e da Coreia do Sul que acusam este país de querer imprimir uma visão nacionalista da História japonesa.

De facto, a principal instância do sistema judicial japonês rejeitou o recurso interposto por um professor que acusava as autoridades nipónicas de retirar uma frase que criticava o Japão por não ter consultado os vizinhos asiáticos antes de enviar uma frota de draga-minas para o Médio Oriente após a Guerra do Golfo, em 1991. O juiz Kazuko Yokoo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, afirmou peremptoriamente, no entanto, que "o sistema de supervisão dos manuais escolares é constitucional? e que "os itens desaprovados pelo ministério da Educação estão de acordo com a lei".

Nobuyoshi Takashima, professor da Universidade de Ryukyu, em Okinawa, exigiu uma indemnização de 8350 dólares pelas mudanças efectuadas pelo ministério da Educação num dos textos da sua autoria sobre a sociedade moderna japonesa, onde se afirmava a existência de muitas opiniões discordantes face à posição do Japão em não ter consultado outros países asiáticos antes de enviar este tipo de ajuda militar.

A China e a Coreia do Sul, que sofreram com uma sangrenta ocupação japonesa até 1945, mostram-se muito críticos face ao posicionamento das tropas de Tóquio em países estrangeiros e a qualquer tipo de mudança na política pacifista do Japão afirmada desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Os dois países protestaram severamente em Abril depois de o Japão ter aprovado um livro de História declaradamente nacionalista, no qual se fazia escassa referência sobre as atrocidades cometidas pelo país do Sol Nascente durante a ocupação dos seus territórios.